

***ECCLESIA SEMPER REFORMANDA:* A NECESSÁRIA E URGENTE REFORMA DO PAPADO**

Tiago Cosmo da Silva Dias¹

Introdução

Em tempos de Papa Francisco, mas já desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), muito tem se falado, na Igreja, sobre a necessidade de uma *reforma*, ainda que com sérias resistências. Olhando para a história recente, já desde Paulo VI (1963-1978) que os próprios papas “oferecem” seu ministério para análises e discussões, ao mesmo tempo em que têm pedido ajuda para se pensar em como exercê-lo de modo a ser mais fiel ao Evangelho. No fundo, este é, efetivamente, o grande desafio: pensar numa estrutura que seja “ecumenicamente aceitável, eclesialmente eficaz e teologicamente inspirada no Novo Testamento”².

Qualquer iniciativa nesse intuito, porém, se depara com um grande impasse: no dia 18 de julho de 1870, sob o pontificado do papa Pio IX (1846-1878), o Concílio Vaticano I (1869-1870) promulgou a Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, que definiu, como dogmas de

¹ Mestrando em Teologia no Programa de Estudos de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa de fomento pela CAPES/PROSUC. Participa do Grupo de Pesquisa Religião e Política no Brasil Contemporâneo (PUC-SP/CNPQ). E-mail: pe.tiagocosmo@gmail.com

² ESTRADA, Juan Antonio. *Para Compreender Como Surgiu a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 488.

fé divinamente revelados, em primeiro lugar, o primado de jurisdição do papa, realçando que “a ele estão obrigados, por dever de subordinação hierárquica e de verdadeira obediência, os pastores e fiéis de qualquer rito e dignidade”³; e, em segundo lugar, a infalibilidade papal em matéria de fé e de costumes, quando o bispo de Roma fala *ex cathedra*. Se feitas nessas circunstâncias, as declarações do papa são irreformáveis *ex sese, non ex consensu Ecclesiae* – por si, não pelo consenso da Igreja. Estas definições acerca do papado passaram a compor o corpo dos dogmas de fé, numa época em que a Igreja, sob o pontificado do Papa Pio IX (1846-1878), fechava-se em torno de si mesma e se autocompreendia como a “*societas perfectas*”.

Ainda assim, os anos vindouros assistiram a Igreja se abrir, aos poucos, para novas realidades: com Leão XIII (1878-1903), à *questão social*, com a publicação da Carta Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891; com Pio X (1903-1914), à *ampla reforma interna*, da cúria às questões litúrgicas e canônicas, esta última encerrada com Bento XV (1914-1922); com Pio XII (1939-1958) e a Carta Encíclica *Divino Afflante Spiritu*, em 1943, *ao reconhecimento da importância das outras ciências para o estudo e a interpretação das Sagradas Escrituras*; e assim sucessivamente. Nesse interim, houve também atitudes de fechamento, como foi o caso da Encíclica *Mortalium Animos*, de 1928,

³ PAPA PIO IX. Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*. In: DEZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 3.ed São Paulo: Paulinas, Loyola, 2015, n. 3060.

do Papa Pio XI (1922-1939), que demonstrava a desconfiança da Igreja com relação ao movimento ecumênico⁴.

O Concílio Vaticano II (1962-1965)

O giro copernicano aconteceu, definitivamente, somente em 1959, quando o papa João XXIII (1958-1963) anunciou seu desejo de convocar um Concílio para toda a Igreja, que aconteceu de 1962 a 1965 e, sem dúvida, tornou-se o grande marco histórico-eclesial do século XX. Embora João XXIII não tenha visto a conclusão do Concílio, “seu ato de coragem procurou tirar o mofo acumulado atrás dos muros do Vaticano por mais de um século e anunciou uma nova fase para o catolicismo como sendo de alegria para a Igreja”⁵.

O Concílio começou, oficialmente, no dia 11 de outubro de 1962. O primeiro período foi encerrado no dia 8 de dezembro daquele mesmo ano. Alguns meses depois, no dia 3 de junho de 1963, João XXIII faleceu. Com sua morte, muito se discutiu se seu sucessor daria continuidade ao Concílio ou se o interromperia. O novo papa, porém, que assumiu o nome de Paulo VI (1963-1978), disse: “Poderíamos nós abandonar um caminho tão magistralmente desenhado por João XXIII, visando inclusive o futuro? Temos razões para acreditar que não”⁶. A

⁴ Para detalhes, ver: SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L. *Catolicismo e Sociedade Contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao Contexto Histórico-Teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013, pp. 99-112.

⁵ SOUZA, N.; GOMES, E. S. Os papas do Vaticano II e o diálogo com a sociedade contemporânea. *Teocomunicação* 44, 2014, p. 12.

⁶ ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, G. [org.]. *História dos Concílios Ecumênicos*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995, p. 409.

Igreja se propunha ao *aggiornamento*, ou seja, à atualização e ao diálogo com o mundo moderno.

Aggiornamento significa atualização, renovação, reforma mesmo. Pressupõe primeiramente um descompasso da Igreja com a sociedade envolvente, uma dificuldade, mais experimentada e sentida do que formulada, de proclamar na cultura de então a mensagem evangélica, uma convicção firme sobre o fim de uma configuração histórica do catolicismo⁷.

Apesar da dificuldade, sob a motivação de João XXIII e, depois, de Paulo VI, o Concílio assim o fez, na medida em que promulgou 4 Constituições, 8 Decretos e 3 Declarações. Todavia, além de dialogar com a modernidade, um outro grande marco do Concílio foi trazer à tona, mais uma vez, a necessidade de uma *reforma* na Igreja, na medida em que inseriu, nesta, a categoria *história*.

O Concílio Vaticano II pôs no centro da eclesiologia o tema da reforma da Igreja. No decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo é afirmado explicitamente o conceito de *Ecclesia semper reformanda*, muito importante para o movimento ecumênico: “Toda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa fidelidade maior à própria vocação. [...] A Igreja peregrina é chamada por Cristo a uma reforma perene” (UR 6). Também na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, ao falar sobre a dimensão visível e espiritual da Igreja, se afirma: “A Igreja, reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo santa e sempre na necessidade de purificar-se, busca sem cessar a penitência e renovação” (LG 8). A Igreja sempre esteve, às vezes mais, às vezes menos, em busca de reforma⁸.

⁷ MIRANDA, M. F. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo *Aggiornamento*. *Revista Pistis Praxis*, Teologia Pastoral, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 395-420, jul./dez. 2012.

⁸⁸ FELLER, V. G. A Reforma da Igreja. In: *Perspectivas Teológicas*. Belo Horizonte, v. 46, n. 128, p. 21-44, Jan/Abr. 2014.

É claro que, terminado o Concílio, nada mudou de modo repentino ou instantâneo. O papa, porém, naquele contexto, continuou seu pontificado insistindo na importância do diálogo, sobretudo na questão ecumênica. Aliás, Paulo VI foi o primeiro papa a visitar, em Genebra, a sede do Conselho Mundial das Igrejas (COMIC), órgão de colaboração entre as igrejas e comunidades eclesiais ortodoxas, anglicanas e protestantes.

Quando faleceu Paulo VI, em 1978, foi eleito papa o cardeal Albino Luciani (1912-1978), o primeiro a recusar ser coroado com a tiara tríplice, rompendo com uma tradição de mais de mil anos, e foi também o que abandonou a *sedes gestatoria*. Entretanto, João Paulo I faleceu 33 dias depois de assumir o governo da Igreja. A partir de então, deu-se início, na Igreja, a um novo ciclo.

João Paulo II e Bento XVI: o projeto de “restauração”

Com a morte repentina de João Paulo I, foi eleito papa o cardeal polonês Karol Wojtyła (1920-2005), que adotou o nome de João Paulo II (1978-2005). Em 1987, numa homilia na Basílica Vaticana, diante de Dimitrios I, então patriarca de Constantinopla, João Paulo II pediu a luz do Espírito para que se encontrasse uma forma de exercer seu ministério no serviço e no amor, palavras que ele repetiu em 1995 quando afirmou, na Encíclica *Ut Unum Sint*, a magnitude e a importância da reforma no exercício de sua missão:

Dirigindo-me ao Patriarca Ecumênico, Sua Santidade Dimítrios I, disse estar consciente de que ‘por razões muito diferentes, e contra a vontade de uns e outros, o que era um serviço pôde manifestar-se sob uma luz bastante diversa. Mas

[...] é com o desejo de obedecer verdadeiramente à vontade de Cristo que eu me reconheço chamado, como Bispo de Roma, a exercer este ministério [...]. O Espírito Santo nos dê sua luz, e ilumine todos os pastores e os teólogos das nossas Igrejas, para que possamos procurar, evidentemente juntos, as formas mediante as quais este ministério possa realizar um serviço de amor, reconhecido por uns e por outros'. Tarefa imensa, que não podemos recusar, mas que sozinho não posso levar a bom termo⁹.

Essa discussão se torna relativamente recente para a Igreja quando se pensa, em primeiro lugar, na renúncia do papa Bento XVI (2013), que ao renunciar disse que para governar a Barca de Pedro e anunciar o Evangelho era necessário o vigor do corpo e do espírito, algo que sentia haver diminuído de tal modo a ponto de ter que reconhecer sua incapacidade para administrar bem o ministério¹⁰.

Apesar de tudo, no balanço das interpretações do Concílio Vaticano II, que buscam reforma e renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, os pontificados de João Paulo II e de Bento XVI se caracterizaram mais pela continuidade do que, propriamente, pela reforma – e, porque não, até de uma certa “restauração”. Aqui vale, inclusive, um adendo: naquele mesmo ano, em 1987, havia acontecido o sínodo dos bispos, que teve como tema “A vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo”, a partir do qual foi promulgada, em 30 de dezembro de 1988, a Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, do papa João Paulo II. Neste documento, fala-se da eclesiologia do Concílio

⁹ PAPA JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, sobre o Empenho Ecumênico. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2004, n. 95-96.

¹⁰ PAPA BENTO XVI. *Declaratio*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130211_declaratio.html Acesso em: 12 mai. 2020.

como *comunhão*, cuja realidade é apresentada como “a ideia central de que a Igreja deu de si no Concílio Vaticano II”¹¹.

Entretanto, há aí um equívoco, e proposital: a Constituição Dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium*, antes mesmo de tratar do que é próprio da hierarquia e do laicato, inseriu um capítulo para trabalhar a eclesiologia do *Povo de Deus*, para sinalizar que, antes de qualquer ministério, todos são membros constituintes e ativos da Igreja, visto que dela todos participam pelo sacramento do Batismo.

Acima de tudo, porém, dizer Povo de Deus significava falar de uma Igreja marcada pela *historicidade*, que possui, ao mesmo tempo, um princípio transcendente de existência, de permanência e de indefectibilidade. Tudo isso, porém, não a impede de viver sobre a terra, devendo tomar decisões conjunturais e, porque não, historicamente falíveis. Portanto, mesmo o Povo de Deus é submetido às imperfeições, às crises e às buscas. Logo, “o Povo de Deus não é uma superestrutura, mas os cristãos feitos tais por graça e fé”¹².

De fato, a expressão Povo de Deus libertava a Igreja de certo imobilismo institucional, já que implicava seu percurso através da história humana com novos questionamentos e desafios que exigem, até hoje, adaptações e mesmo transformações. Como escreveu Miranda¹³,

[...] a primazia dada no Concílio à imagem de Povo de Deus aponta indiretamente para uma hipertrofia da hierarquia e da instituição eclesiástica vigente em séculos anteriores e hoje

¹¹ CL 19.

¹² ALMEIDA, A. J. *Sois um em Cristo Jesus*. São Paulo: Paulinas; Valência: Siquem, 2004, p. 81.

¹³ MIRANDA, M. F. *A Igreja que somos nós*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 39.

não mais aceita, evidenciada em sua irrelevância e sua ineficácia para nossos contemporâneos.

João Paulo II, porém, no documento conclusivo do sínodo de 1987, acrescentou a eclesiologia do Povo de Deus quase que como um desdobramento da de comunhão. “A *realidade da Igreja-comunhão* é, pois, parte integrante, *representa o conteúdo central do ‘mistério’*, ou seja, do plano divino da salvação da humanidade”¹⁴.

Comblin¹⁵ destaca, no entanto, que o conceito de comunhão é muito mais restrito que o de povo. O povo é uma forma de comunhão, mas inclui muito mais elementos do que o conceito de comunhão. Logo, ao afirmar a Igreja unicamente como comunhão,

[...] a tendência da hierarquia é espiritualizar a Igreja, silenciar a sua realidade humana, ou exaltá-la como realidade de comunhão, de paz, de verdade, de felicidade – o que é equivalente. Ocultando a realidade humana, ela tenciona escapar de toda a crítica. [...] Não adianta querer esconder o caráter humano da Igreja. Ele reaparece clandestinamente. Se o povo de Deus desaparece, o que reaparece como natureza humana da Igreja é a burocracia clerical, a centralização burocrática da Cúria romana e a prática pela Cúria romana de uma política muito humana no sentido pejorativo da palavra – e pouco cristã. Se se nega o povo de Deus, o que fica é aquela Igreja nascida depois de Trento – centrada na sua estrutura jurídica, clerical, burocrática – fixada numa atitude apologética, polêmica; uma Igreja em estado de guerra com os protestantismos e toda a modernidade¹⁶.

Nesse sentido, se constituiria até uma espécie de traição se acreditar que a recepção do Concílio significaria uma obediência

¹⁴ CL 19.

¹⁵ COMBLIN, J. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 126.

¹⁶ COMBLIN, J., *op. cit.*, pp. 128-129.

passiva à autoridade superior, numa perspectiva jurídica – e, daí, se criar a suposta “comunhão”; “comunhão entre aquele que manda e aquele que obedece, a comunhão existe entre o oficial e o soldado. Não pode haver comunhão verdadeira se todos não têm o direito de deliberar”¹⁷.

Como realidade teológica, a recepção do concílio pressupõe uma eclesiologia de comunhão, mas que, por sua vez, dê espaço para uma pneumatologia que reconheça a importância da igreja local e respeite o *sensus fidei* de seus membros¹⁸.

A questão é que João Paulo II e Bento XVI participaram do Concílio e, como tal, tinham sua própria hermenêutica. Nesse sentido, o sínodo “significou uma reviravolta na orientação da Igreja, que decididamente se afastava daquilo que os próprios participantes da maioria tinham entendido do Concílio”¹⁹.

O Papa Francisco e o nascimento de novos ares

Em 2013 a Igreja finalmente começou a respirar novos ares. Passos escreve que

[...] A renúncia [de Bento XVI] reparte a história da Igreja Ocidental em passado e futuro e deixa um recado implícito de que a Igreja pode ser mudada em suas práticas institucionais, de que nenhum modelo é eterno e de que o papado é um serviço e não um poder sagrado intocável e imutável²⁰.

¹⁷ *Ibid.*, p. 371.

¹⁸ MIRANDA, M. F., *op. cit.*, 2013, p. 105.

¹⁹ COMBLIN, J. *op. cit.*, p. 118.

²⁰ PASSOS, J. D. Uma Reforma na Igreja: Rumos e Projetos. In: PASSOS, J. D.; SOARES, A. M. F., *op. cit.*, p. 85.

Para a surpresa de todos, somou-se à renúncia de Bento XVI a eleição do cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, que apareceu, pela primeira vez, na sacada da Basílica de São Pedro no dia 13 de março de 2013, quando muitos já o enxergaram como um *projeto de reforma*: naquela noite (no horário de Roma), ele aparecera usando a mesma cruz peitoral que havia levado de Buenos Aires e que o acompanhara durante todo o conclave; e não chegara usando nem a tradicional mozeta e nem a estola, esta última colocada apenas na hora de dar a bênção.

As primeiras palavras do papa, que assumiu o nome de Francisco, já demonstraram sua simplicidade:

Irmãos e irmãs, boa noite! Vós sabeis que o dever do Conclave era dar um Bispo a Roma. Parece que os meus irmãos Cardeais foram buscá-lo quase ao fim do mundo... Eis-me aqui. Agradeço-vos o acolhimento: a comunidade diocesana de Roma tem o seu Bispo. Obrigado!²¹.

Da sua primeira fala, pelo menos duas realidades chamaram a atenção: primeiro, o fato dele referir-se a si como *bispo de Roma*; segundo, dele dirigir-se primeiramente à comunidade diocesana de Roma, demonstrando que ele era um bispo como os demais, à frente de uma igreja particular. Ao dirigir-se a todo o mundo e fazer o apelo para que exista uma grande fraternidade, Francisco retomou a expressão de Inácio de Antioquia²², de que a Igreja de Roma é aquela “que preside

²¹ PAPA FRANCISCO. *Bênção Católica ‘Urbi et Orbi’*. Primeira Saudação do Papa Francisco. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130313_benedizione-urbi-et-orbi.html Acesso em: 20 mai. 2020.

²² Sobre Inácio de Antioquia, ver: PAPA BENTO XVI. *Santo Inácio de Antioquia*. Audiência Geral de 14 de março de 2007. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2007/documents/hf_ben-xvi_aud_20070314.pdf Acesso em: 19 mai. 2020.

todas as Igrejas no amor”. Em síntese, Francisco apresentava sua intenção de ser o *primus inter et cum pares*, não um monarca soberano.

No primeiro sermão do Papa Francisco, pronunciado no dia 19 de março de 2013, [...] por duas vezes, ele se definiu como ‘bispo de Roma’, mas ao mesmo tempo falou em ‘ministério petrino’ e afirmou ser ‘sucessor de Pedro’. Quando fez referência a Pedro, não se apoiou no texto de Mateus 16,19 (Tu és Pedro), como reza a tradição, mas no último capítulo do Evangelho de João, onde Jesus confia suas ‘ovelhas’ aos cuidados de Pedro. Penso que esse ‘deslocamento’ foi intencional. Num outro trecho do mesmo sermão, o papa declarou que a ‘rocha’ da Igreja é Deus. Estamos diante de um novo deslocamento, pois se costuma dizer que a rocha da Igreja é Pedro. [...] Efetivamente, o governo central da Igreja Católica necessita ser repensado profundamente²³.

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (n. 27), Francisco disse sonhar com uma opção missionária capaz de transformar tudo. A este pedido, o papa acrescentou: “Dado que sou chamado a viver aquilo que peço aos outros, devo pensar também numa conversão do papado” (EG 32).

[...] Compete-me, como Bispo de Roma, permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do meu ministério que o torne mais fiel ao significado que Jesus Cristo pretendeu dar-lhe e às necessidades atuais da evangelização. O Papa João Paulo II pediu que o ajudassem a encontrar uma ‘forma do exercício do primado que, sem renunciar de modo algum o que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova’. Pouco temos avançado nesse sentido. Também o papado e as estruturas centrais da Igreja universal precisam ouvir este apelo a uma conversão pastoral [...]. Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e sua dinâmica missionária²⁴.

²³ HOORNAERT, Eduardo. O Bispo de Roma. In: PASSOS et SOARES, *op. cit.*, p. 145.

²⁴ PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília: Edições CNBB, 2013, n. 32.

Se é o próprio papa quem reconhece a necessidade da reforma no exercício de seu ministério, já é hora de agir. Note-se que embora Francisco tenha feito menção explícita ao apelo de João Paulo II, em 1995, à época o papa polonês destacava a relevância da reforma sob a perspectiva ecumênica; agora, porém, o pontífice argentino realça sua importância para a pastoral. Todavia,

O princípio fundamental, para não se cair em reformas aparentes ou superficiais, será a consciência da relação inerente do todo com as partes, tendo em vista a unidade e a diversidade que compõem a Igreja em todas as suas dimensões, enquanto Igreja universal. Atacando pelo todo ou pela parte, é o conjunto inteiro que deve ser refeito nas estratégias de reforma. O aspecto processual é um segundo ingrediente fundamental. Não se muda de vez uma estrutura em crise, mas mediante um conjunto de ações articuladas entre si, executadas de modo gradativo e constante²⁵.

Na continuidade do Concílio Vaticano II, portanto, o papado deu sinais de mudança: não é eterno e está a serviço da Igreja (saída de Bento XVI), e o bispo de Roma está a serviço dos pobres (entrada de Francisco).

Considerações

Parece não haver dúvidas de que a Igreja terá que, cedo ou tarde, enfrentar a questão da reforma no papado, para repensar o exercício deste ministério ao menos nos moldes para os quais existe hoje. Será necessária, sim, uma forma de governo central que seja mais condizente

²⁵ PASSOS, João Décio. Uma Reforma na Igreja: Rumos e Projetos. In: PASSOS et SOARES, *Op. Cit.*, p. 92.

com o atual contexto. O Papa Francisco tem chamado a atenção para a vivência da sinodalidade e para o abuso dos títulos como “Vossa Santidade” ou “Santo Padre”, os quais não parece apreciar. Além do mais, tem se mostrado como um ser humano, sobretudo, e não como um monarca supremo, intocável, recluso em seus sinais e símbolos pagãos e de poder. Se há, portanto, momento oportuno para se encaminhar um novo projeto, é agora, o qual, inclusive, já se iniciou. A questão, porém, é saber quem efetivamente vai abraçá-lo.

Bibliografia

ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, G. [org.]. *História dos Concílios Ecumênicos*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 393-440.

ALMEIDA, A. J. *Sois um em Cristo Jesus*. São Paulo: Paulinas; Valência: Siquem, 2004.

COMBLIN, J. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

ESTRADA, J. A. *Para Compreender Como Surgiu a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

FELLER, V. G. A Reforma da Igreja. In: *Perspectivas Teológicas*. Belo Horizonte, v. 46, n. 128, p. 21-44, Jan/Abr. 2014.

HOORNAERT, E. O Bispo de Roma. In: PASSOS, J. D. et SOARES, A. M. L. *Francisco: Renasce a Esperança*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 145-162.

MIRANDA, M. F. *A Igreja que somos nós*. São Paulo: Paulinas, 2013.

MIRANDA, M. F. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo *Aggiornamento*. *Revista Pistis Praxis*, Teologia Pastoral, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 395-420, jul./dez. 2012.

PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

PAPA JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, sobre o Empenho Ecumênico. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

PASSOS, J. D. Uma Reforma na Igreja: Rumos e Projetos. In: PASSOS, J. D.; SOARES, A. M. L. *Francisco: Renasce a Esperança*. São Paulo: Paulinas, 2013, pp. 85-101.

SOUZA, N.; GOMES, E. S. Os papas do Vaticano II e o diálogo com a sociedade contemporânea. *Teocomunicação* 44, 2014.

SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L. *Catolicismo e Sociedade Contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao Contexto Histórico-Teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.

Fontes

PAPA BENTO XVI. *Declaratio*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130211_declaratio.html Acesso em: 12 mai. 2020.

PAPA BENTO XVI. *Santo Inácio de Antioquia*. Audiência Geral de 14 de março de 2007. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20070314_santo_inacio.html

xvi/pt/audiences/2007/documents/hf_ben-xvi_aud_20070314.pdf

Acesso em: 19 mai. 2020.

PAPA FRANCISCO. *Bênção Católica 'Urbi et Orbi'*. Primeira Saudação do Papa Francisco. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130313_benedizione-urbi-et-orbi.html

Acesso em: 20 mai. 2020.

PAPA PIO IX. Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*. In: DEZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, Loyola, 2015, 3050-3075.